

CADERNO REIVINDICATIVO DO SIM 2023

Apresentado diversas vezes ao Ministério da Saúde, na presente legislatura e nas anteriores, bem como à Comissão Parlamentar da Saúde, ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro-Ministro.

É essencial acabar com o subfinanciamento crónico no Serviço Nacional de Saúde, reconhecido por várias entidades, nomeadamente pelo Tribunal de Contas (relatórios de 2018 e de 2022) e Conselho Estratégico da Saúde.

Atualização da grelha salarial

Proposta sindical entregue ao Governo em 2018, visto que a atual grelha salarial está congelada há mais de 20 anos, tendo em vista atrair e fixar trabalhadores médicos no SNS, garantir um pagamento melhorado do trabalho regular e suplementar bem como os suplementos devidos pelo desempenho de cargos diretivos.

Redução de 18 para 12 horas em Serviço de Urgência dentro do período normal de trabalho

A atual formulação de até 18 horas tem, na prática, resultado em 18 horas na esmagadora maioria dos hospitais.

Negociação das Normas Particulares de Organização e Disciplina do Trabalho Médico no SNS

Capítulo da contratação coletiva que se alcançou com vantagem, vigorando já nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nas PPP e na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Contagem do tempo para acréscimo de férias

Contagem de todo o tempo independentemente de o regime jurídico de trabalho ter sido diferente, nomeadamente o do Internato Médico, ou em entidades diferentes.

Regime do descanso por trabalho realizado ao domingo e feriados

Superar a divergência de alguns Conselhos de Administração na interpretação e estender este regime aos cuidados de saúde primários.

Medicina Hospitalar em Serviço de Urgência

Criação de um regime de afetação voluntária, a termo e privilegiado, ao trabalho em equipas de SU reconfiguradas, com contrapartidas. Deve ainda ser traçado um regime detalhado quanto ao funcionamento de equipas-tipo em SU, de acordo com as orientações da Ordem dos Médicos.

Reforço dos Centros de Responsabilidade Integrados

Em número e recursos, com condições remuneratórias próprias.

Redução e ponderação das listas de utentes dos Médicos de Família

Diminuição da dimensão máxima da lista de utentes dos Médicos de Família tal como foi compromisso do Governo em 2012, alterando os critérios de ponderação de forma se associarem melhor à carga de trabalho médico de cada utente.

Contratação de mais médicos para o SNS

A falta de médicos no SNS é bem conhecida, com encerramentos de Serviços de Urgência, escalas abaixo dos mínimos exigidos, cada vez maior recurso a prestadores de serviços, tempos de espera para consultas e cirurgias superiores aos tempos máximos estabelecidos e 1.500.000 utentes sem Médico de Família. Esta situação foi agravada pela rescisão de cerca de 500 médicos em 2021 e 600 em 2022, que se juntam aos cerca de 1.100 que se aposentaram nesses dois anos.

Defender os médicos a valorizar a Carreira Médica

Por via do investimento no SNS e por força da obrigação legal por parte das entidades empregadoras, investimento na formação contínua, no internato e após a obtenção do grau de especialista ao longo de toda a carreira, a cargo das entidades empregadoras, que têm essa obrigação legal mas a desconsideram. É fundamental o investimento em cursos de gestão na área da saúde e em congressos para apresentação de trabalhos e para a imprescindível atualização científica e profissional.

Incentivos reais para as regiões carenciadas

Para todos os médicos, para os que lá se encontram e para os que para aí se queira realmente atrair, envolvendo as autarquias.

Contratos de trabalho sem termo, não meros ajustamentos em prestação de serviços

Entendida a contratação laboral estável como o único modo de assegurar o futuro do SNS e a formação médica pós-graduada.

Cessar a discriminação dos contratos individuais de trabalho face aos contratos de trabalho em funções públicas

Nomeadamente no que diz respeito a férias, acompanhamento de descendentes, jornadas, tempo de trabalho parcial, entre outras. Entendida a contratação laboral estável como o único modo de assegurar o futuro do SNS e a formação médica pós-graduada.

Cumprimento das leis e dos Acordos Coletivos de Trabalho

Devem ser afastadas as medidas avulsas, nomeadamente despachos emitidos e deliberações, designadamente informais, que em muitos locais de trabalho minimizam as competências e a autonomia técnico-profissional dos médicos e cerceiam os direitos conquistados, acentuando um contexto político e social já de si muito difícil e particularmente adverso.

Defender os médicos garantindo a sua segurança física e prevenindo a violência no local de trabalho

Medidas concretas de defesa dos médicos e demais profissionais de saúde, que previnam as agressões e punam prevaricadores, combatendo a impunidade dos agressores.

Avaliação do Desempenho, SIADAP 3

Agilizar os procedimentos relativos aos biénios 2017/2018 e 2019/2020, paralisados, sem sequer se mostrarem iniciados, não se tendo promovido a atribuição aos interessados, o que seria de elementar justiça compensatória, de dois pontos por ano. Deverão ser incluídos os pontos obtidos quando trabalhador médico estava com o regime de 35 horas e transitou para o regime de 40 horas semanais e majorado durante o tempo da pandemia.

Contratação de médicos para a vacinação e acompanhamento dos utentes sem Médico de Família

Permitir aos Médicos de Família e aos Médicos Hospitalares o seguimento dos seus doentes crónicos. Durante a pandemia mais de 1200 médicos de família foram desviados para vacinação, Trace COVID-19 e a ADR, ficando impedidos, por imposição do Governo, do correto e regular acompanhamento dos seus doentes crónicos – designadamente, detetando cancros em fases mais favoráveis (prevenção secundária) e prevenindo sequelas de doenças crónicas (prevenção terciária). Evitam-se as complicações decorrentes do aumento das listas de espera para consultas e cirurgias, bem como o inevitável aumento da mortalidade e permitir aos utentes sem médico o acesso as consultas hospitalares.

Eleição do Diretor Clínico e do Conselho Clínico (presidente e vogais médicos) pelos trabalhadores médicos

Medida importante que reflete uma conceção democrática. Acresce que, quando foi aplicada no passado, evidenciou resultados positivos, unanimemente reconhecidos.

Carreira médica no empregador público INEM

Por via da negociação de um ACEP. Trata-se de uma medida imprescindível para atrair estabilizar e fixar médicos, ao invés de se apostar em prestadores.

Cumprir a lei com os centros de atribuição de cartas de condução

A criação de centros médicos especializados para efeitos de benefícios fiscais e sociais, de âmbito interministerial, permitindo que os médicos pratiquem medicina em benefício dos doentes e das populações.

Carreira médica para os médicos em equipas de cuidados paliativos

Obrigatoriedade de médicos em lares, privados ou sociais

Foi oferecida uma proposta sistematizada de assistência médica em lares, em reunião efetuada com a Secretária de Estado da Segurança Social, lamentavelmente sem retorno.

Valorização dos Orientadores de Formação

Aumentar deste modo as capacidades formativas do SNS e alargando-as também ao Ministério da Defesa Nacional, ao Ministério da Justiça. Atribuição de suplemento remuneratório de forma a cobrir a totalidade dos médicos Orientadores de Formação da Carreira Médica.

Investimento em instalações e equipamentos

Nomeadamente computadores, centrais telefónicas, impressoras e em software adequado à prática clínica com eliminação de tarefas burocráticas, permitindo a disponibilização automática de resultados, desmaterialização da requisição de exames em doentes com subsistemas e, ainda, a possibilidade de haver requisições eletrónicas de imagiologia - por se concretizar mínima e aceitavelmente.

Agilização dos Concursos para Assistente

Exigência do cumprimento dos prazos aprovados pelo Parlamento.

Agilização de Concursos para Consultor

Superar e não repetir os atrasos inqualificáveis registados em 2015, 2017, 2019 e 2021. De salientar a monitorização sindical e os alertas permanentes, da parte do SIM, junto do Governo, ARS, ACSS, OMCNE e Colégios de Especialidade, bem como pelo envio de apelos aos presidentes dos júris relapsos.

Concursos para Assistentes Graduados Sénior

Houve mais de 1200 reformados nos últimos anos. Concursos correspondentes a cerca de 700 AGS, desde 2013, muitos deles ainda não concluídos. Daí resultam sérios constrangimentos no respeitante à liderança dos serviços e idoneidade/capacidade formativa.

Concursos de mobilidade

São essenciais, devendo ocorrer com regularidade e celeridade e sempre antes dos concursos da primeira época.

Remuneração dos Médicos Internos

Necessidade do pagamento como médicos assistentes quando acaba o período formativo e se obtém o grau de especialista, bem como editar um regulamento remuneratório para Médicos Internos - já que atualmente não existe, que preveja o apoio em cursos obrigatórios.

Criação de incentivos nas UCSP e USF modelo A

De acordo com indicadores, por exemplo, o exercício de funções de coordenação, a realização de domicílios e o desempenho de cargos como o de Orientador de Formação.

Transição automática de USF modelo de A para B

Assegurar a transição automática a todas as que cumpram os critérios e assegurar às UCSP igualdade de tratamento.

Comissão de contratualização de indicadores USF

Eliminar os indicadores com carga burocrática, havendo que congregar esforços para se fazer ponto de situação e alterar os restantes indicadores para que representem efetivo interesse assistencial.

Investimento em meios humanos e materiais na Saúde Pública

Absoluta necessidade de reforço do investimento em meios humanos e materiais nesta especialidade, da dignificação das condições de trabalho, incluindo instalações e equipamentos. Dotar os Serviços de Saúde Pública dos meios indispensáveis a uma resposta efetiva a ameaças futuras, nomeadamente outras pandemias.

Pagamento do trabalho suplementar na Saúde Pública

Inqualificável o não pagamento das horas suplementares abaixo do limiar das 200 horas, numa confusão conceptual entre disponibilidade permanente - dever de apresentação a qualquer hora ou dia - e trabalho efetivamente realizado.

Suplemento para Autoridade de Saúde

Atribuição de um suplemento para Autoridade de Saúde digno do exercício de um poder de Estado.

Reforma da Saúde Pública

Imprescindibilidade da efetivação da reforma da Saúde Pública, através da introdução das medidas e da estratégia preconizadas pela comissão criada em fevereiro de 2020, pelo Despacho nº 2288/2020, de 18 de fevereiro.

Medicina do Trabalho

Generalização da Medicina do Trabalho aos centros de saúde e hospitais públicos e privados de todo o país.

Medicina Desportiva

Exigir a generalização desta especialidade no país e a inclusão da área respetiva na carreira especial médica. Importância de generalizar consultas de Medicina Desportiva.

Concursos no Ministério da Defesa Nacional

Necessidade da organização dos concursos para assistentes, para consultor e para assistente graduado sénior, devendo cessar a discriminação de 14 assistentes graduados que continuam a receber como assistentes, diferentemente daquilo que sucede no Ministério da Saúde.

Concurso na Medicina Legal

Necessidade de se proceder à organização dos concursos para assistentes, para consultor e para assistente graduado sénior, devendo cessar a discriminação de médicos com requisitos para serem assistentes graduados e assistentes graduados sénior e que continuam a ter categoria inferior e a receber por essa, diferentemente daquilo que sucede no Ministério da Saúde.

Carreira médica nos Serviços Prisionais

Por via da negociação de um ACEP, trata-se de uma medida imprescindível para atrair estabilizar e fixar médicos ao invés de se apostar em prestadores. Necessário organizar os trabalhos de negociação para criação de um ACEP nos serviços prisionais.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O Acordo de Empresa foi outorgado e está em vigor, mas falta um Decreto-Lei, da iniciativa do Governo, para que volte a poder ter lugar a equiparação destes trabalhadores médicos com os seus pares da Carreira Médica do SNS e dos demais sistemas regionais de saúde.

SAMS

Teve lugar a denúncia do Acordo de Empresa, promovida pela administração dos SAMS. Iremos insistir na sua reativação e exigir grelha salarial recuperando as perdas por inflação.

Comissão técnica independente para avaliar a resposta à COVID-19

Defesa da criação de uma comissão técnica independente para avaliar a resposta, de forma isenta, à pandemia de COVID-19 e planejar melhor a resposta futura a acontecimentos análogos.

Estrutura central de crise multiministerial

Criação de uma estrutura central de crise multiministerial com meios e recursos, evitando redundâncias entrópicas (Conselho Nacional de Saúde, Conselho de Saúde Pública, Conselho de Autoridades de Saúde, Unidade de Emergências em Saúde Pública/DG).

Lisboa, 25 de março de 2023